ça uma intervenção real no mundo exterior, para modificar por meio do brincar. Enquanto isso se verifica como ela pode perceber as trocas neste mundo e os integrar a um sistema concreto por meio de jogos e brincadeiras que tenham como eixo favorecer o desenvolvimento psicomotor.

A educação infantil é atualmente pensada como espaço importante para a construção de uma educação de qualidade e que necessita de profissionais que compreendam as especificidades desse ensino.

As ações direcionadas às crianças, subjacentes ao discurso propagado por essas representações, evidenciam a presença de uma visão adultocêntrica no contexto das creches, no qual o poder de decisão emana do adulto, ocupando este papel principal no cenário institucional, restando às crianças exercer o papel de sujeitos passivos e dependentes. Esse fato revela o caráter paradoxal acerca do discurso legal e pedagógico em defesa dos direitos da infância e da condição de sujeito social da criança.

Conclui-se que o papel da família é favorecer por meio de profissionais que possam dar suporte à criança, de forma que seja possível a melhoria na aprendizagem que ocorre quando um organismo, ao ser colocado diversas vezes numa mesma situação, altera a resposta dada de forma relativamente duradoura, e sistemática, permitindo assim seu desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., KRAMER, S. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. Cadernos Cedes (São Paulo), n.9, p.27-38, 1991.

ALMEIDA, D. S. de O. e. Educação infantil: um estudo contrastivo. Franca, 2008, 357 f. Tese (livre docência) – Faculdade de História, Direito e Serviço

Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008. 128 p.

LAPIERRE, A., AUCOUTURIER, B. Simbologia do movimento: psicomotricidade e educação. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, V.Q.S.F. O sentido das competências no projeto político pedagógico. Natal: EDUFRN; Editora da UFRN, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Morais Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZEICHNER, K. A formação reflexiva de professores: idéias e práticas.

Lisboa: Educa, 1993.

A IMPORTÂNCIA DE EDUCAR AS CRIANÇAS DESDE A TENRA IDADE PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

RENATA NOGUEIRA LOPES MANZANO

RESUMO

A educação para o consumo sustentável deve começar desde a primeira infância, com a participação ativa das famílias e das instituições de ensino, mas também de outros setores, como saúde e transporte. Para além do âmbito em que se desenvolve, é imprescindível uma reflexão crítica sobre os objetivos, conteúdos e abordagens que atualmente norteiam a tarefa educativa. Ao rever as características e implicações do Desenvolvimento Sustentável, pode-se observar que a sua aplicação propõe romper com os paradigmas tradicionais de desenvolvimento, procurando satisfazer as necessidades dos habitantes da terra, o pluralismo das sociedades, estabelecendo um equilíbrio entre o homem e o homem meio ambiente, e garantir que nenhuma nação cresça às custas de outra ou que o consumo de certos indivíduos ocorra em detrimento de outros. Para iniciar o processo de formação de uma sociedade consciente da importância dos fatores que constituem o consumo sustentável e que, ao mesmo tempo, possa atender à demanda por serviços essenciais à vida, é necessário promover essa transição por meio da educação.

Palavras-chave: Necessidades; Meio Ambiente; Serviços Essenciais.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental surge como uma estratégia que reorienta as disciplinas educacionais com o objetivo de dar uma visão holística do meio ambiente e formar uma sociedade capaz de tomar decisões para a satisfação de suas necessidades, cuidando dos sistemas de suporte à vida do planeta, que é a base do Consumo Sustentável.

A educação ambiental responde a três problemas intimamente relacionados. O primeiro refere-se à deterioração dos ecossistemas e diminuição dos recursos naturais, o segundo ao desenvolvimento inadequado das sociedades em relação ao meio ambiente e o terceiro refere-se aos limites dos sistemas educacionais atuais, inadequados para se desenvolver com responsabilidade frente às mudanças socioambientais.

Desde 2002, a educação para a susten-

tabilidade é discutida em resposta ao apelo da Resolução 57/254 da Assembleia Geral das Nações Unidas quando foi decretada a Década da Educação para a Sustentabilidade (2005-2014), que recomendava que a UNESCO divulgasse o plano para o mundo inteiro como quadro geral para todos os interessados em contribuir para a Década.

O termo "Educação Ambiental" começou a ser utilizado no final dos anos 60 e início dos 70 do século passado. Nesse período, é notória a preocupação mundial com as graves condições ambientais, razão pela qual a educação ambiental é fortemente citada em fóruns mundiais.

Deve-se destacar que deixou de ser considerada apenas em termos ecológicos e conservacionistas, para se tornar uma ferramenta integrante da inter-relação entre a sociedade e a natureza que desenvolverá capacidades para que a sociedade possa responder às mudanças que se manifestam no mundo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Uma vez definida a educação ambiental, pode-se dizer que ela conseguiu convergir uma pluralidade de discursos, a partir da emergência de novas realidades socioambientais. Dada a importante missão que carrega consigo, cabe perguntar se este conceito, por si só, constitui uma estratégia útil para enfrentar a solução dos problemas ambientais.

Embora o conceito de Desenvolvimento Sustentável dependa da abordagem disciplinar, há um consenso em considerá-lo como uma visão centrada nas interações economia-natureza-cultura e política. Os referidos autores argumentam que a conjunção harmoniosa e integrada de desenvolvimentos biológicos e humanos (melhoria da qualidade de vida), econômicos (racionalidade no crescimento), políticos (cooperação para resolver problemas) e culturais (respeito à diversidade) definem basicamente o que se entende pelo Desenvolvimento Sustentável.

A educação ambiental no novo milênio tem o desafio de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável e ajudar os indivíduos a descobrirem novas formas de vida mais alinhadas a um planeta harmonioso. A nova educação ambiental envolve a mudança dos modelos de pensamento, a quebra do antropocentrismo e a abertura do pensamento biocêntrico, baseado no valor da solidariedade e da equidade, com o objetivo fixo de construir um presente com futuro.

Em 1987, a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento solicitou a criação de uma carta contendo os princípios fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável. A redação do mesmo representa um dos assuntos pendentes da Cúpula da Terra do Rio em 1992. Com o lançamento oficial da Carta da Terra no Palácio da Paz de Haia, em 29 de junho de 2000, lançouse uma nova fase para a iniciativa, cujo A missão é estabelecer uma base ética sólida para a sociedade global emergente e ajudar a criar um mundo sustentável.

A Carta da Terra é o produto de uma década de diálogo intercultural sobre conquistas globais e valores compartilhados, oferecendo uma compreensão inclusiva do Desenvolvimento Sustentável. Os princípios mais importantes contidos nesta Carta são os seguintes:

a. Preservar a humanidade de forma integral, conciliando unidade e diversidade.

b. Respeito e reconhecimento pelas outras pessoas como base de todos os relacionamentos e da paz.

c. A aceitação das restrições impostas pelo fato da preservação do bem comum como indispensáveis ao exercício da liberdade.

d. O desenvolvimento de materiais como instrumento de promoção do desenvolvimento humano.

e. A inovação como meio ao serviço do desenvolvimento humano e da proteção do planeta.

O papel da educação no cumprimento dos princípios estabelecidos na Carta da Terra é de extrema importância, pois é a chave para avançar na transição para modos de vida mais sustentáveis. É uma ferramenta necessária que vai reativar relações mais solidárias entre o homem e o mundo natural, facilitando formas criativas de desenvolvimento mais responsáveis ambiental e socialmente. A Carta da Terra fornece uma estrutura única para o desenvolvimento de currículos e programas educacionais com vistas à aprendizagem transformadora para um mundo mais justo, sustentável e pacífico.

A Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de dezembro de 2002, com base no capítulo 36 da Agenda 21, relacionado à promoção da educação, capacitação e conscientização e enfatizando que a educação é um elemento indispensável para o alcance do Desenvolvimento Sustentável, decide proclamar os dez períodos de um ano, começando em 1º de janeiro de 2005, como a Década das Nações Unidas para a Educação para a Sustentabilidade (ONU, 2002).

Como aponta a UNESCO em seu site (2005a):

A Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável visa promover a educação como a base de uma sociedade mais viável para a humanidade e integrar o desenvolvimento sustentável ao sistema de educação escolar em todos os níveis. A década também intensificará a cooperação internacional para desenvolver e compartilhar práticas, políticas e programas inovadores em educação para o desenvolvi-

mento sustentável.

A proposta era promover uma educação que superasse as tendências de curto prazo, que contribuísse para uma correta percepção do mundo, gerasse atitudes e comportamentos responsáveis e preparasse as pessoas para a tomada de decisões fundamentais visando o desenvolvimento culturalmente plural e fisicamente sustentável.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Um passo importante para alcançar uma sociedade mais sustentável é incorporar o consumo e a produção responsáveis nas salas de aula desde a infância. Se os alunos virem como seu papel como consumidores afeta o meio ambiente, eles estarão mais propensos a consumir de uma forma mais ética e responsável.

O crescente interesse do homem perante a gravidade e urgência dos problemas ambientais em que vive imerso deve-se fundamentalmente à consciência da emergência que atinge o nosso planeta e que merece uma solução rápida. Hoje sua existência está ameaçada por desastres naturais, pragas, epidemias, que colocam em risco sua sobrevivência ao longo do tempo.

A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte. Desse modo, a sustentabilidade inclui o crescimento do nível de consciência ambiental e a possibilidade da população participar do processo socioambiental. (Jacobi, 1994, p.31)

Diante dessa situação, é necessário sensibilizar a população mundial, educála de forma a proporcionar uma percepção acurada do risco diante da natureza global dos problemas, a fim de promover atitudes e comportamentos conducentes ao bemestar de toda a humanidade e a preservação e proteção do meio ambiente.

Deve-se incentivar os alunos a trazerem garrafas de água reutilizáveis para a escola ou iniciar um programa de compostagem em sua própria sala de aula. O composto pode ser usado para fertilizar uma horta escolar. Quando os alunos são capazes de visualizar como suas ações estão beneficiando o meio ambiente e a comunidade, eles podem encontrar uma paixão por uma vida sustentável fora da sala de aula e levar esses ideais para seu futuro também.

Para reorientar a educação quanto ao desenvolvimento sustentável é necessário admitir que comportamentos e categorias tradicionais não podem ser mantidas isoladas umas das outras e que devemos trabalhar cada vez mais, para inter-relação das mesmas, visando enfrentar os complicados problemas da atualidade. A educação, ambiental ou não, é um dos mais nobres veículos de mudança na história, a conquista de um direito inalienável do ser humano mas não age isoladamente. (Anais I Encntro de Estudos sobre Biodiversidade e Sustentabilidade, 2005, p.72)

Liderança global é uma consciência do mundo como um todo - seus valores, comunidades e identidades - e o lugar de uma pessoa dentro dele. É dever dos educadores apresentar aos alunos o princípio de "pensar globalmente, agir localmente", que incentiva pessoas de todas as idades e origens a considerarem o maior impacto de suas ações.

Ao mostrar aos alunos sua influência no mundo ao seu redor, isso cria relevância para suas vidas e lhes dá a capacidade de se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

É pertinente apontar que é por meio dos processos educacionais que a consciência ambiental e ecológica pode ser gerada; nesse sentido, a formação de professores é a pedra angular de toda transformação educacional, uma vez que o professor, a partir de sua própria convicção, promoverá determinados valores e comportamentos por meio da construção compartilhada de conhecimentos em uma área específica, no caso a Educação Ambiental.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve começar desde a infância, um estágio de grande otimismo em relação ao futuro, a fim de desenvolver valores, atitudes, habilidades, comportamentos e hábitos, o que podem ser duradouros e, particularmente, implicam o uso racional de recursos, aceitação da diversidade cultural, igualdade de gênero e democracia.

Os esforços atuais dentro das escolas baseiam-se na incorporação de planos de melhoria educacional vinculados à transformação dos espaços comuns. Por exemplo, a promoção de áreas de reciclagem, a criação de oficinas de cuidado com o meio ambiente e parcerias com diferentes organizações públicas e privadas para trabalhar a importância do consumo sustentável.

Como afirmou a UNESCO na Conferência de Dakar (2000), a educação "é um direito humano fundamental, um fator decisivo para o desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2005, p. 3) e, portanto, a relação deve ser mudada. promover o desenvolvimento sustentável ou ecologicamente correto, tornando-se um direito e dever imediato para garantir as gerações presentes e futuras (UNESCO, 1972, 2000, 2005). É aqui que a escola é, na opinião dos especialistas, o espaço privilegiado para transformar as orientações socioculturais dos sujeitos e assim constituir um eco consciência e uma eco educação.

O princípio do da educação ambiental é dialético e interdisciplinar, pois busca inte-

grar os modelos duais de desenvolvimento social e econômico a partir da incorporação de um eco educação que auxilie na construção de um eco consciência.

A prática educacional e pedagógica deve ser orientada para a integração e participação dos alunos como agentes fundamentais para a transformação de suas práticas, dentro e fora da escola. A ideia é expandir e transferir o fenômeno da aprendizagem ambiental para os espaços cotidianos dos sujeitos como forma de aprofundar e consolidar o desenvolvimento de uma sociedade eco - responsável. Por este motivo, é urgente incorporar os princípios da educação ambiental de forma transversal no currículo nacional, tornando-se um eixo prioritário em todas as dimensões do conhecimento.

A Cúpula da Terra, organizada no Rio de Janeiro em 1992, contempla, na Agenda XXI, que a instituição escolar é fundamental para a execução do programa de desenvolvimento sustentável. A propósito, o Capítulo 36 deste plano de ação aponta que o desenvolvimento e o meio ambiente são dilemas cruciais para as gerações atuais e futuras. Portanto, as intervenções educativas devem não apenas sensibilizar a população sobre a proteção do meio ambiente, mas também gerar uma mudança em seu comportamento. A partir daí as atividades pedagógicas relacionadas à educação ambiental são progressivamente reorientadas a partir do projeto de sustentabilidade política proposto pelas Nações Unidas

CONSERVAÇÃO, BIODVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os primeiros movimentos preservacionistas e conservacionistas são anteriores ao surgimento da noção de sustentabilidade. Ambos os movimentos valorizaram a biodiversidade, mas por razões diferentes. Central para o movimento preservacionista que se originou no final do século 19 do transcendentalismo, um movimento religioso e filosófico, era a conexão espiritual com a natureza como um caminho para o autoconhecimento. Os membros desse movimento viram oportunidades de autoconsciência, reflexão e liberação conectando-se ao ambiente. Alguns viam a natureza como uma professora, enquanto outros entendiam a conexão espiritual com a natureza como um elo direto com Deus. Outros ainda viam a natureza como uma força inspiradora que deveria ser incorporada a um estilo de vida em que se pudesse expressar sua individualidade e autossuficiência. Esses preservacionistas apresentaram fortes argumentos espirituais e éticos de que a natureza deveria ser protegida, não para atender à nossa necessidade pragmática de recursos, mas, ao contrário, por seu valor intrínseco fundamental. A natureza e toda a sua diversidade eram vistas como sagradas e os humanos como intrusos. Isso levou a uma abordagem dominante para a conservação que estabeleceu áreas protegidas das quais as pessoas eram excluídas ou deslocadas. Segundo Merico (2002, p. 15)

É preciso perceber que o conjunto de valores que direcionam nosso desenvolvimento econômico e, consequentemente, nossa relação com o ambiente natural, encontrou uma barreira intransponível: os limites da biosfera. A mudança paradigmática em curso aparece como um elemento reorganizador dos processos econômicos, cujo principal eixo é a busca da sustentabilidade, [...]. O sentido de orientação do desenvolvimento econômico deverá ser a inserção dos processos econômicos nos limites da biosfera, portanto, a operacionalização da sustentabilidade é o grande desafio civilizatório das próximas décadas.

Já em 1600, uma abordagem mais pragmática para a conservação estava começando a se desenvolver. Primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos, o objetivo inicial da conservação era desenvolver e promover o manejo florestal de madeira. Embora inspirados pelos transcendentalistas que exaltavam o valor inerente da natureza, os conservacionistas foram além da conexão espiritual com o mundo natural e objetivos preservacionistas para reconhecer outras maneiras pelas quais os humanos dependem de seu meio ambiente. Isso levou ao desenvolvimento de florestas, parques e monumentos nacionais com o objetivo não apenas de proteger essas áreas; mas para conservar recursos por meio de uso planejado e renovação. Assim, com o movimento conservacionista, foi desenvolvida uma nova ética da terra que valorizava a natureza, mas não como algo sagrado que deveria ser separado do homem.

A natureza era vista como algo que deveria ser valorizado pela variedade de maneiras pelas quais poderia atender às necessidades dos humanos e deveria ser gerenciada de acordo. Posteriormente, isso evoluiu para a abordagem de uso múltiplo para a conservação, que incentivou a gestão ambiental a maximizar o potencial de recreação ao ar livre, incluindo caça e pesca; proteção de bacias hidrográficas; e a produção de madeira. No entanto, as necessidades imediatas das comunidades locais nas áreas de conservação ou nas proximidades ainda eram frequentemente negligenciadas.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade e o dever de defendêlo, e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1998 apud BATISTA; PAGLIUSO, 2006, p. 44)

Este conceito de conservação essencialmente eurocêntrico ou setentrional tem sido problemático por uma série de razões. Primeiro, ele negligencia o valor e o conheci-

mento extraordinário da biodiversidade pelas sociedades indígenas globais que adotaram essas ideias muito antes de suas concepções modernas. Em segundo lugar, esses princípios foram ignorados, pois os objetivos do colonialismo e do imperialismo do Norte eram a exploração dos recursos dos países menos desenvolvidos, com o mínimo de consideração pela gestão dos recursos ou pelos direitos humanos. Ele negligenciou a interdependência fundamental entre o meio ambiente e a condição humana, e as oportunidades para um desenvolvimento equitativo à medida que os recursos eram extraídos e as pessoas eram exploradas para obter ganhos econômicos. Com a realização do vasto conhecimento indígena sobre gestão de terras, agricultura.

À medida que esforços para estudar e proteger a biodiversidade estavam sendo feitos, o mundo também começou a se concentrar na conexão entre os princípios de preservação e conservação e a melhoria global do meio ambiente humano e da qualidade de vida. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo, Suécia, houve pela primeira vez uma ênfase real no meio ambiente em sua relação com a condição humana e a integração da proteção ambiental, desenvolvimento equitativo e bem-estar social. A declaração da conferência de Estocolmo reconheceu a diferença entre recursos renováveis e não renováveis e também a necessidade de gerenciá-los. Incentivou políticas que reduziam a poluição e promoviam pesquisas ambientais, educação, e planejamento para reconciliar o conflito entre a necessidade de desenvolvimento e o declínio resultante da qualidade ambiental. A declaração também reconheceu que muitas questões ambientais são globais por natureza e só podem ser tratadas por meio da cooperação multilateral entre as nações.

A questão ambiental não pode mais ser vista como entrave ou modismo no dia-a-dia da indústria. Degradação ambiental não é o 'mal necessário' indispensável para que haja desenvolvimento. Ao contrário, o desenvolvimento sustentável da sociedade deveria coincidir com o crescimento sustentado da economia: a proteção ambiental é intrínseca à vida humana e faz bem aos negócios. O gestor de meio ambiente deve poder demonstrar isso aos líderes de negócios. Um conjunto de competências envolvendo formação e habilidades comportamentais é fator de sucesso para esse profissional. (EPELBAUM, 2004, p. 37)

A maior integração do desenvolvimento com a gestão ambiental levou à origem de nosso conceito contemporâneo de sustentabilidade, ligando as esferas ambiental, social e econômica em 1983, quando a ONU formou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Gro Harlem Brundtland, então Primeira-Ministra da Noruega, foi nomeada para presidir a comissão, que se tornou amplamente conhecida como Comissão Brundtland. A publicação gerada pela Comissão, "Nosso Futuro Comum" ou "O Relatório Brundtland", como é comumente conhecido, abordou o conflito entre a promoção do crescimento econômico globalizado e a degradação ecológica acelerada que estava ocorrendo em escala global. Ele defendeu um desenvolvimento mais sustentável. "O Relatório Brundtland" priorizou atender às necessidades básicas e essenciais das pessoas mais pobres do mundo, como acesso a ar e água limpos, alimentos nutritivos, educação e reconhecimento de que essas necessidades são mais bem atendidas por meio do crescimento econômico que oferece oportunidades para todas as pessoas. Também transmitiu uma compreensão dos limites da capacidade do meio ambiente de atender às necessidades presentes e futuras e recomendou que, para que o desenvolvimento seja sustentável, essas limitações devem ser abordadas a fim de preservar a equidade intergeracional.

Na Agenda 21 da UNESCO (1999), destaca-se:

Definitivamente para caminharmos no sentido do desenvolvimento sustentável será necessário que a educação não apenas dure por toda a vida, mas que, além disso, seja ampla como a própria vida, uma educação a serviço de toda a população, que aproveite todas as áreas do conhecimento e trate de inserir o saber em todas as principais atividades da vida". (1999. p. 46.)

Vinte anos após a primeira conferência ambiental global realizada em Estocolmo, a ONU procurou ajudar os governos a repensar o desenvolvimento econômico e encontrar maneiras de impedir o esgotamento e a destruição dos recursos naturais e a poluição do planeta. Isso ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ou Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992. Ela reuniu líderes de 172 países, 2.400 representantes de ONGs internacionais e mais de 17.000 participantes mais amplos. Os acordos da cúpula incluíram: "Agenda 21", um programa abrangente de ação global em todas as áreas do desenvolvimento sustentável; e "The Statement of Forest Principles" um conjunto de padrões para orientar a gestão sustentável das florestas em todo o mundo. Foi também a primeira convenção a abordar especificamente a mudança climática global e a proteção da diversidade biológica por meio de convenções legais.

À medida que a conservação começou a ser integrada à sustentabilidade, agendas de pesquisa focadas na manutenção da diversidade em conexão com os componentes econômicos e sociais da sustentabilidade começaram a surgir. Uma das primeiras áreas de enfoque foi o desenvolvimento da silvicultura sustentável com o objetivo de fornecer uma renda equitativa enquanto mantém a biodiversidade por meio da eliminação de monoculturas e implementação de técnicas como a colheita por idade, o sistema de corte policícli-